

A PRINCESA, O BICHO E O DEMÔNIO NEGRO: RAZÃO E COLONIALIDADE NO "PROGRESSO" PARA FEIRA DE SANTANA

The princess, the Beast and the black demon: reason and coloniality in "progress" for Feira de Santana

Diego Carvalho Corrêa
Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia da Bahia (IFBA), campus Barreiras, BA, Brasil.

Valter Zaqueu Santos da Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 30/10/2023

Aceito em 21/11/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p334-365>

Copyright (c) 2023 Diego C. Corrêa, Valter Zaqueu S. da Silva



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

CORRÊA, Diego Carvalho; SILVA, Valter Zaqueu Santos da. A princesa, o bicho e o demônio negro: razão e colonialidade no "progresso" para Feira de Santana. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 259, p. 334-365, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p334-365>

Resumo

Neste artigo, examinados como ideais, práticas, ações políticas, saberes, violências, dentre outros, foram movimentados por sujeitos em Feira de Santana, constituindo contraposições entre modos de ver e viver negros e os modelos eurocêntricos e estadunidense no esforço de consolidação do "progresso" culminando na planificação totalizante e homogeneizante da cidade após o golpe civil/militar de 1964, com destaque para o governo do prefeito João Durval Carneiro (1967-1971). Empregamos o romance "O bicho que chegou a Feira" de Muniz Sodré para, através do imaginário narrado pelo autor, compreender conflitos sobre os projetos de cidade que estavam em disputa. Para a apreciação da História e Literatura, escrutinamos o romance por meio de amplo acervo de pesquisas de História de Feira de Santana a fim de identificar similaridades. Operacionalizamos alguns conceitos como branquitude, colonialidade, racismo estrutural, poder simbólico, dispositivo racial e outros, para problematizar e interpretar os longos processos de luta pela desafricanização da cidade acionado no constante conflito pelo controle do imaginário sobre Lucas da Feira e a negritude. Ao fim, concluímos e corroboramos que Muniz Sodré interpretou alegoricamente acontecimentos factuais compreendendo que Lucas era o mal negro a ser mitigado em oposição ao progresso, ciência, civilização e outros, representado por um Capelão Militar, O Bicho, com ações repressoras vinculado ao regime civil/militar e a antigos profissionais políticos conservadores, velhos mandões.

Palavras-chave: Lucas da Feira. Capelão. Progresso. Totalidade Homogeneizante. Desafricanização.

Abstract

In this article we examine how ideals, practices, political actions, knowledge, violence, among others, were moved by subjects in Feira de Santana, constituting contrasts between black ways of seeing and living and the Eurocentric and American models in the effort to consolidate "progress", culminating in the totalizing and homogenizing planning of the city after the civil/military coup of 1964, with emphasis on the government of Mayor João Durval Carneiro (1967-1971). We used the novel "The beast that arrived at Feira" by Muniz Sodré to, through the imagery narrated by the author, understand conflicts over the city projects that were in dispute. For the appreciation of History and Literature, we scrutinized the novel through a wide collection of research on the History of Feira de Santana in order to identify similarities. We operationalize some concepts such as whiteness, coloniality, structural racism, symbolic power, racial dispositive and others, to problematize and interpret the long processes of struggle for the disafricanization of the city triggered by the constant conflict for control of the imagination of Lucas da Feira and blackness. In the end, we conclude and corroborate that Muniz Sodré allegorically interpreted factual events, understanding that Lucas was the black evil to be mitigated in opposition to progress, science, civilization and others, represented by a Military Chaplain, O Bicho, with repressive actions linked to the civil/military regime and former conservative political professionals, bossy old men.

Keywords: Lucas da Feira. Chaplain. Progress. Homogenizing Totality. Disafricanization.

O Sertão sabia, a cidade fingia não saber, mas apesar dos recalques obrigados pelo progresso, a memória terminava se impondo, fosse no esquisito furor dos Bichos que se arrastam, fosse nos calundus da gente que trazia, na cor da pele, uma natural afinidade com o quilombola. Eram muitos, Lucas, era povo sem fim (O Bicho que chegou a Feira, Muniz Sodré, 1991, p. 17).

INTRODUÇÃO: A PRINCESA DIANTE DO BICHO

A década de 1960 foi um período ímpar para mudanças significativas na sociedade brasileira com repercussões na cidade de Feira de Santana. Tensões ampliadas, conflitos acirrados, ações políticas, alterações institucionais e a relevante ascensão de um novo regime político e forma de governo são centrais para as análises que apresentamos.

O período guarda substancial interesse, especialmente em Feira de Santana, não apenas pelo golpe, que já seria o bastante para caracterizar rompimento com uma democracia ainda restrita e recente no país e a subtração do poder de um governo municipal vinculado com bases sociais subalternas que pintou alterações na dinâmica local. Contudo, a restituição do poder à grupos dirigentes, filiados ao União Democrática Nacional – UDN é destacada, numa espécie de rodízio com o PSD, configurando os “velhos mandões”, destacados na obra de Muniz Sodré (1991, p. 146).

Nos dedicamos apontar e examinar alguns desdobramentos mais amplos e noutras esferas no município de Feira de Santana especialmente na urbe e mais singularmente o planejamento urbano, saberes urbanísticos como ciência de governo, a materialização do “progresso” e no planejamento da totalidade da cidade de maneira homogeneizante que culminou no período em institucionalizações diversas e alterações obliterantes de práticas urbanas outras. Compreendemos que em sua média duração, os acontecimentos investigados foram capturados e lidos em processos republicanos através da escrita histórica em conjunto amplo de pesquisas sobre a cidade, algumas numa perspectiva do processo civilizatório “[...] como a socialização do autocontrole; internalização de gestos e das práticas decoro” (Oliveira, 2016, p. 296), que inscrevem-se no corpo e suas “formas de utilização” (Oliveira, 2016, p. 297) noutra, com convergências, se lê que “[...] o moderno é implantando em meio a negação e destruição de certezas assentadas sobre a tradição.

A recusa em manter espaços, práticas e costumes considerados antigos, tradicionais, incivilizados - comportamentos constantemente vinculados a negritude - se justificava pelas expectativas desencadeadas pelos “progressos” em suas diversas expressões, ainda que se possa concluir que “os caminhos frequentemente se cruzam, e o moderno alimenta-se da tradição” (Oliveira, 2008, p. 25). Neste texto, (re)apresentaremos expressões destes conflitos que se produziu e reproduziu e se institucionalizou como desafricanização e “des-ruralização” de Feira de Santana

como entrave ao moderno (Oliveira, 2010), materializando na década de 1960 e 70, a institucionalização de racismos dissimulados através de planejamentos e implementos de novas práticas.

Neste intervalo, se expressou esforços de supressão, controle da negritude, de práticas urbanas, religiosas, formas de trabalho e exploração, modos de ver e viver, territorialidades urbanas e rurais. Por meio de intervenções urbanas e outras estratégias articuladas ocorrera uma desafricanização de espaços centrais da urbe, bem como a ampliação do espaço urbano e consequente redução da zona rural, projetado e planejado em termos técnicos e de saberes ocidentais científicos. Nas décadas de 1930 e 1940, o trabalho do progresso estava já se “organizando segundo preceitos acadêmicos” no centro da cidade, houve o confisco aos “modos de fazer dos subúrbios” e

Além da espessa cortina de preconceitos, as formas de organização comunitária foram criticadas, os saberes nascidos do passado africano e indígena criminalizados, as seculares construções de casa proibidas. A cidade produzia uma norma culta, codificou-a, exportou-a para regiões vizinhas, cobrou adesões, puniu transgressões (Oliveira, 2016, p. 336).

Através do golpe, realçou-se essas práticas que estavam em curso. Muniz Sodré a representou e narrou com dualidades entre o “progresso” e Lucas da Feira a representação simbólica e sintética do mal a ser superado, temido desde o século XIX, o “Demônio Negro” (SODRÉ, 1991, p. 14), cujo seu enforcamento não foi suficiente para evitar os polos opostos ao perigo negro e tradicional, combate consagrado pelo esforço da cidade “princesa do sertão” simbolicamente nomenclaturada por Rui Barbosa (Oliveira, 2000) sobrepor-se a “terra de Lucas”, escravizado em fuga organizador de bandos que alardeavam medo e heroísmo na região, que consolidava uma expectativa de resistência a opressão, pois “vivo foi um, morto tornou-se muitos” (Sodré, 1991, p. 14)¹.

Na descrição de Sodré (1991), o golpe se transfigura alegoricamente no Bicho, uma metáfora de uma espécie de bicho antigo, mito da cidade, que se alimentava de outros animais. Mito animalesco que ocasionara medo no passado, agora ulterior ao golpe, ungido no Capelão que pousou em Feira para disciplinar e agilizar o progresso com a ditadura. “Era louro, de olhos verdes, um pouco mais baixo que Antão” (Sodré, 1991, p. 22) diz o autor comparando-o com protagonista da obra,

¹ A repercussões de Lucas da Feira são diversas, desde produção de quadrinhos exames da produção do mito na revista em quadrinho (Oliveira, 2018), cordéis, textos, dissertação (Lima, 1990), transversalmente tese de doutorado, cerveja, sítios de jornalismo como Terra de Lucas, banda de rock e outros produtos, escultura (busto), pinturas, grafismos, xilogravuras, cordéis, livros, roteiro fílmico, peça teatral, jornalismo, letras e música, bando travestidos na festa do Bando Anunciador, dentre outros, nos permitindo atualmente ampla leitura sobre o imaginário do negro Lucas na cidade.

inspirado em seu pai² que contrapunha com seu “um metro e noventa, quase cem quilos, mulato, rosto redondo e olhos ligeiramente apertados, denunciadores talvez de uma incursão de bugre na linhagem afro-lusa” (p.12).

Outorgar a obra de Muniz Sodré inspiração de narrativa, expressão de imaginário, e lugar de fonte não é novo entre historiadores e historiadoras que estudaram Feira de Santana, dispensa alongamentos, apesar disso ilustramos como o Bicho, símbolo, metáfora, alegoria, combinado com sujeitos históricos do “progresso”, espreitavam antes mesmo de sua concreta corporificação como Capelão Militar na cidade, o que corrobora com a narrativa de Sodré que representou o golpe como sendo o retorno de “velhos mandões udenista” refletida na do pesquisador ao referir-se a golpismo típico da União Democrática Nacional - UDN, que localmente fora

[...] encabeçado por poderosos fazendeiros, comerciantes e industriais, movia-se como um predador, mantendo-se sempre a espreita, pronto para atacar quando os seus interesses se deparavam com quaisquer perigos, fosse o comunismo, o populismo, o reformismo, ou manifestação outras que ousassem pensar, querer, agir por uma ordem diferente da que queriam instituir (Lins, 2014, p. 123).

Apenas para cobrir modicamente a legitimidade da obra, diminuída sua importância pelo próprio Muniz Sodré que talvez pouco saiba da sua repercussão entre nós, fica registrado mais uma vez que ele “descreveu na forma literária este período repleto de curiosidades, aquilo que aqui estamos dando passos para realizar em forma de tese acadêmica” (Corrêa, 2011, p. 59), e agora acrescentamos passos.

Nessa conjuntura de antecedentes do civil/militar, ponderamos que estávamos diante de oportunidades que se abriram para a movimentação mais intensa de grupos vinculados entre si por uma disposição para destituir o governo de Francisco Pinto (PSD) e um regime, para execução dos seus projetos e planos postos em agitação doravante, fomentando a adesão de outros e outras, sejam coletivamente, institucionalmente, organizados ou não, houve uma dilatação de uma vontade ainda conformada entre os grupos que protagonizariam o golpe e que precisavam alargar-se para a adesão e corroboração com um novo regime e execução de seus projetos que inaugurariam parâmetros cada vez mais técnicos de organização urbana.

² “Antão é meu pai, Antônio Leopoldo Cabral”. Entrevista com Muniz Sodré In: **A Pala Re-vista**. Feira de Santana, UEFS, 2011. p. 60. “O personagem – segundo Sodré, inspirado livremente no seu pai, o contabilista, músico e ex-vereador pelo PTB (1948-50), Antonio Leopoldo Cabral” (Lins, 2014, p. 138). Seu pai foi fundador, junto com Gonçalves Souza, de periódico de pouca duração pertencente ao PTB, contudo publicavam matérias pagas no jornal Folha do Norte (UDN) e jornal Gazeta do Povo (Partido Social Democrático - PSD) (Leony, 2013).

Apesar de velhos políticos udenistas e pessedistas, houve a emergência de novos representantes como João Durval Carneiro no poder executivo³, dentre outros porta vozes e agentes, instituições como o Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS, 1965), que se vincularam a projetos de renovação de velhos paradigmas conservadores com grandes assimetrias sociais. A releitura do Plano de Desenvolvimento Local Integrado abordado por outras questões e olhares, nos levam a expandir as interpretações anteriores elevando ainda mais a análise da totalidade homogênea que este documento síntese tinha por objetivo enquadrar, um programa que nos revela quando muito mais quando sempre (re)escrutinado.

O “desenvolvimento”, o “progresso”, a indústria como possível força motriz, restabelecendo e fundando novos planejamentos, a adesão ao golpe a territorialização institucional planejada dos espaços hierarquizados da cidade delineados por “vocações” comerciais, ora industriais, ocultadora das relações sociais de força, e agora para nós visando uma centralidade do capital com o racismo tipicamente colonial renovado, o qual a literatura de Sodré nos oferta uma excelente representação e narrativa, um “algo a mais” (Pesavento, 2000, p. 13) que outros documentos não nos revelam e ele nos desvia para novas considerações e algumas conclusões que submetemos a crítica de leitores e leitoras.

Através da literatura, lida como uma fabulação crítica (Hartman, 2020)⁴ reexaminarmos acontecimentos na cidade, (re)apontando o potencial que um “romance a crer” (Sodré, 1991, p. 10) pode produzir, nos deslocamos de nosso lugar para ler a cidade princesa do Sertão como sujeito, o Bicho como o progresso e, o Demônio Negro, o atraso, o antigo, o velho e tradicional, como antagonista do “progresso” recém-chegado.

Publicado em 1991, o texto de Muniz Sodré se volta a 1964 e constrói uma narrativa ficcional em torno do golpe civil militar em Feira de Santana, mobilizando pelo literário também os costumes que se estranham com a avançada do progresso associada ao Golpe. Sodré se esforça em trazer os

³ Antes de ser eleito para prefeito de Feira de Santana, em 1966, pela Aliança Nacional Renovadora (ARENA), João Durval Carneiro (UDN) fora derrotado na disputa eleitoral de 1962 por Francisco Pinto (PSD) em uma disputa acirrada que resultou numa diferença de 43 votos em favor do segundo.

⁴ “(...) essa prática de escrita é melhor descrito como fabulação crítica. “Fábula” denota os elementos básicos da história, os blocos de construção da narrativa. Uma fábula, de acordo com Mieke Bal, é “uma série de eventos relacionados lógica e cronologicamente que são causados e experimentados por atores. Um evento é uma transição de um estado a outro. Atores são agentes que realizam ações. (Não são necessariamente humanos.) Agir causar ou experimentar um evento” (Hartman, 2020, p. 28). A partir da explicação da autora, comparamos a obra de Sodré a fabulação crítica, que envolveu experiências próprias, memórias, análises do real e concreto, sem perder a ficção, a narrativa literária e sua estética. Aqui reconduzimos a leitura e apropriação do texto submetendo ao exame documental histórico para (re) compormos imaginários da cidade e a concreticidade das relações materiais, dentre outras.

aspectos da cultura negro brasileira no narrar da cidade e dos seus habitantes. (Silva, 2021, p. 186)

Indo além do mencionado, o esforço aqui conjuga uma análise densa de fabulação - interpretação desarmônica do autor⁵; a apreciação de um conjunto de alegorias que descrevem a cidade e seus conflitos, que se antagonizam fenótipos e pertencimentos de cor, raça e classe dentre outros que sob pressão, por vezes podem, talvez, ser amenizados no empenho negro de transitar para mestiçagem a fim de assegurar passabilidade⁶, ao menos na expectativa e subjetividade de agentes como o protagonista Antão e seus esforços para afastar-se da negritude, porém não houvesse trânsito fácil, ao menos não sem muitas dificuldades e limites intransponíveis.

Muniz relatou que um amigo “chamou sua obra de rapsódia. Rapsódia, você sabe, quer dizer colher partes. Ele colhe flagrantes assim, de um pouco da minha infância”⁷. Essas partes são examinadas neste artigo e colocadas em contrastes com fontes, documentações e análises diversas de pesquisadores e pesquisadores num esforço de tratado breve de descrição densa para acessarmos condicionantes contextuais sincrônicos e diacrônicos de longos processos que são representados na obra como imaginário da cidade.

Num conjunto de acontecimentos emergentes com ditadura, a cidade foi (re) organizada tecnicamente, planejada como um todo, para uma totalidade homogênea, a cidade tornou-se um objeto completo e integrado, balizado por um discurso fundador não datado, mas constantemente revisitado e revigorado, o progresso.

A seguir apontamos sinteticamente uma análise deste planejamento como uma ferramenta de institucionalizar a territorialização dos grupos sob o liame de um racismo estrutural partindo da interpretação de Almeida (2019) que descreve que,

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes

5 Conforme Muniz Sodré, “Não é um grande romance, é um romance inclusive de dimensões pequenas (...)”. Entrevista com Muniz Sodré In: **A Pala Re-vista**. Feira de Santana, UEFS, 2011. p. 60.

6 Lago; Montibeler e Miguel (2023, p. 06) descrevem sobre a obra de Elaine K. Ginsberg, **Passing and the Fictions of Identity**, que “passagem (do inglês *passing*) ou passabilidade é um termo historicamente utilizado (em contexto norte-americano) para descrever a capacidade de uma pessoa ser considerada membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua, que pode incluir identidade racial, etnia, casta, classe social, orientação sexual, gênero, religião, idade e/ou status de incapacidade.”

7 Em sua entrevista Muniz descreveu que viveu na cidade até cerca de treze ou quatorze anos. Considerando sua idade, isso significaria que este já não vivia mais aqui no período da instauração da ditadura civil/militar a partir de 1964. Com temporalidade, não poderíamos deixar de construir uma análise que não recuasse no tempo ao período vivido na cidade, as décadas de 1940 e 1950, cruciais para a formação de um imaginário do autor sobre Feira de Santana. Não viver aqui no período do golpe e pós, não significaria não manter laços com Feira de Santana. Entrevista com Muniz Sodré In: **A Pala Re-vista**. Feira de Santana, UEFS, 2011. p. 60.

–, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (Almeida, 2019, p. 36).

Com este exame não há pretensão de estabelecer uma data precisa de um fenômeno tão longo como o racismo em Feira, mas de apontar algumas formas específicas de institucionalização deste na através do planejamento urbano, contudo, não como a primeira vez, tampouco única.

O BICHO NA PRINCESA

A Revolução, os milicos que há dois meses tinham derrubado o governo federal com um golpe de Estado e logo depois destituído o prefeito de Feira, estava perseguindo gente séria, prendendo menino de escola no país inteiro (Sodré, 1991, p. 21).

O “progresso” ganhou alguns contornos mais ávidos e acirrados na década de 1960 com a eleição e gestão de Francisco Pinto (PSD) para o executivo. Descrito por opositores como um homem com vínculos com grupos de esquerda, comunistas, estudantes, soviéticos e outros que sintetizavam anticomunismos. Sua entrada na disputa eleitoral pelo poder executivo foi descrita por ele como um convite feito por Eduardo Fróes da Mota⁸, líder do PSD, em virtude de sua popularidade alcançada no exercício da advocacia para sindicatos de trabalhadores, sobretudo após formar-se, uma vez que entre 1951 e 1955 teve um mandato de vereador enquanto estudante de direito que afirmou ter sido ruim devido os estudos na capital do estado (Corrêa, 2011). Sua campanha foi deliberadamente voltada para atração do voto de trabalhadores⁹: “Enverga trajes proletários, alardeia uma posição de esquerda, quase comunista, como se todos latifundiários pessimistas houvessem distribuído, ontem, com os pobres, suas vastas propriedades...”¹⁰

8 Para leituras aprofundadas sobre relações políticas, familiares, econômicas e outras, constando das singularidades e a de um “homem de cor”, negro, que foi o pai de Eduardo Fróes da Motta e seus herdeiros, dentre outras, algumas comedidas indicações de nossa parte são pertinentes, dentre elas Reis (2012), Cunha (2013), Rodrigues (2016), Silva (2017). Algumas outras estão citadas sem direcionar-se ao tema da família Fróes da Motta. De acordo com breve biografia da Academia de Letras da Bahia, a qual Muniz Sodré é imortal, seu pai “chegou a ser do PTB, mas era ligado a Eduardo Froés da Motta, liderança regional do PSD”(https://academiadeletrasdabahia.org.br/profile/muniz-sodre/).

9 Segundo Francisco Pinto, na cidade o Partido Comunista brasileiro sempre apoiou a UDN, mudando a posição somente em sua candidatura à prefeito. Ver: SÃO PAULO, Olney. **Pinto vem aí**. Documentário, 1976. Acervo do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais - Labelu.

10 Jornal Folha do Norte (01 set. 1962).

Seu governo apontava agenciamentos mais amplos na gestão municipal com a criação de administração de bairros, assistência social com farmácia popular, aproximação com estudantes através da Associação Feirense de Estudantes Secundaristas e com sindicatos (Corrêa, 2011, Pacheco, 2009). Não era fundador de um amplo discurso de progresso local, que podemos averiguar emergências tempos antes, ao menos desde o início da república (Oliveira, 2000; Oliveira, 2008), mas também não deixou de incluir elementos próprios para uma (re)definição do sentido, não obstante projetou elementos que comporiam o PDLI vindouro, como o anel de contorno¹¹, um Plano Diretor de Urbanismo. Em seu governo encontramos a proposição para criação do

[...] centro de abastecimento¹², participação popular na gestão com a criação de novas secretárias e cargos, máquinas de costuras para mocinhas pobres, casa para operários, ferramentas de trabalho para trabalhadores, gêneros alimentícios pelo preço de custo, isenção de impostos para barraqueiros, serviço eficiente de água, serviço de esgoto (Corrêa, 2011. p. 42).

Interpretamos o movimento de alterações no poder de 1964 como golpe Estado costurado ao longo de anos através da articulação e movimentação de diversos sujeitos, instituições, grupos organizados fazendo alianças, negociando condições, ampliando o número de aliados, eliminando possíveis obstáculos e, com algumas sucessivas tentativas fracassadas, com esforços locais para alcançar seu objetivo.

Em Feira de Santana o golpe possibilitou que no poder político institucional houvesse significativa mudança de operadores através de uma adesão local ao movimento do primeiro de abril. Grupos apresentavam-se com seu lugar de classe, visões de mundo e pertencimento étnico-racial dissimulado¹³, por isso, ao escrevermos sobre os feirenses que se mobilizaram a favor do golpe, identificamos que eram dirigidos por uma maioria de homens brancos, com algumas linhagens familiares que retrocediam há tempos na ocupação do poder econômico e político municipal, pelo menos entre o final do século XIX e início do século XX. Vinculados ao comércio e a agropecuária,

11 O prefeito Francisco Pinto enviou uma sugestão a Câmara para solicitar ao presidente João Goulart, quando em visita a Vitória da Conquista, a construção de uma avenida de contorno na cidade, o que seria realizado com o Plano de Desenvolvimento Local e Integrado no governo de João Durval Carneiro. Ata da 25ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Feira de Santana, 21 de maio de 1963.

12 O projeto CABANA do prefeito João Durval Carneiro (1967-1971) teve por um dos objetos a mudança da feira central da cidade para um centro de abastecimento (Pacheco, 2019).

13 Articulamos no texto como este pertencimento dualiza fenótipos, cor, articula-se pela civilidade e progresso, saberes, razão e colonialidade, sendo parte de seus critérios de materialização a dissimulação. Não se fala em racismo.

características comuns e análogas entre os que operacionalizavam a dominação no território descrito como América portuguesa colonial, posteriormente brasileiro por independência e, que reproduzia divisão racial constantemente renovada, restituída, atualizada. Numa breve regressão, encontramos posições de Eurico Alves Boaventura descritas por Valente (2017):

Outro sujeito que aparece com recorrência nas pesquisas e que se soma à lista de Eurico Alves é Agostinho Fróes da Mota, velado, porém, pela representação do seu Mercedes “escandaloso e barulhento”. Não seria esta a primeira referência de Eurico Alves ao automóvel do coronel como representação da atitude pouco fidalga do “novo rico”. Comentando sobre o desaparecimento das aristocráticas cadeiras de arruar, que eram carregadas por escravos ocultando em seu interior sinhás e sinhôs brancos que não podiam ou não queriam tocar seus pés no chão[...] (Valente, 2017, p. 60).

O novo rico do século XX era negro, exceção na Feira, aparecia como empresário multifacetado que tinha investimentos diversos como banco, fazenda e comércio, foi político e poderia figurar como uma ruptura de paradigma relevante diante de Eurico Alves, “saudosos daquele mundo cujo embotamento tanto lamentou, ao ver braços negros, que antes poderiam carregar cadeirinhas de arruar, a guiar o possante automóvel alemão” (Valente, 2017, p. 61).

Uma amostragem estatística nos ajuda a interpretar parte do período do século XX em Feira de Santana, especialmente a década de 1950 quando Lino (2021, p. 30), através do Recenseamento Geral do Brasil feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conclui que “A Feira já dispunha de uma população total de 107.205 pessoas, com 88.508 pretas ou pardas, aproximadamente 82,5% da população”. A maioria de trabalhadores e trabalhadoras urbanos, distintamente da década de 1940 onde maioria ocupava-se de atividades ligadas a agricultura, passou-se a predominar o trabalho doméstico, “Alteração justificada, talvez, pelo aumento da população urbana em 57,4%, e da suburbana em 43,9%, no mesmo período” (LINO, 2021, p. 30).

Do ponto de vista de Antão, o golpe foi o “cacete armado do mando, era o modo permanente de governo dos que se achavam escolhidos pelo destino para mandar no mundo” (SODRÉ, p. 146), concluiu o protagonista da obra, alicerçado na explicação do personagem Fernando Lopes pois essa era uma teoria que tinha “alcance internacional mundial, dando-lhes bases mais particulares, mais nacionais”,

[...] cacete armado era qualquer negócio que se improvisava para ganhar dinheiro. O sujeito chegava na festa de largo, montava um estrado com cobertura de lona, algumas latas de água, gelo, umbu, e estava pronto o

cacete-armado da garapa. Depois, não precisava sequer limpar o local, que a prefeitura cuidava disso (Sodré, 1997, p. 36).

Após a consolidação dos novos (velhos) agentes no poder municipal, tivemos a organização do PDLI, dentre outros, como instrumentos da continuidade do “progresso” em bases mais técnicas articulada numa linguagem acadêmica e sustentação teórico-metodológica distinta com a finalidade da constituição de uma totalidade homogênea, onde nas referências epistemológicas ocidentais, consta “o desenvolvimento enquanto um processo exclusivamente polarizado no econômico, o teórico francês afirma que o desenvolvimento econômico é função de um certo grau de industrialização, sendo esta processada de forma delimitada, polarizada em um espaço geográfico (Santos, 2002, p. 35).

O projeto foi apresentado formalmente à população local em 1969, durante a gestão do prefeito João Durval Carneiro (Aliança Renovadora Nacional - ARENA), este que chegou ao cargo contando com a anulação e cassação do mandato do ex-prefeito Francisco Pinto e seu consequente exílio que oportunizou o reordenamento nas estruturas locais de poder estatal e civil, evitando confronto eleitoral depois da derrota de 1962.

Encontramos nos pilares defendidos pelo grupo Udenista/Arenista¹⁴, tendo como porta voz J. Durval, realce de assimetrias e restituições de modelos que inspiraram a colonização do território brasileiro, atualizadas pelas referências ocidentais contemporâneas, com continuidades estruturais carregadas. Foram padrões que se reproduziram não apenas durante o período inicial da colonização, mas também nos séculos seguintes sucessivamente e que fomentava em Feira a adesão sistemática de grupo Udenista/Arenista como roteiro local de restituição do poder e repulsa de grupos subalternizados. Essa permanência e esforço de continuidade, de inspiração e eco colonial nos modelos morais, éticos, políticos, econômicos, culturais, epistemológicos e outros ressoaram na expropriação da terra, ordenamento jurídico, divisão de classes, geográfica e consequente exploração, divisões étnico-raciais dentre outras na forma de organizar e estruturar, não como um acaso inevitável, mas com esforços consecutivos de agentes e agências.

A forma udenista, o discurso de modernização local, o surgimento de órgãos de classe que se orientavam pelo discurso do progresso, todos eles estão sendo relidos a partir de sua posição política e de sua disposição ao enfrentamento dos problemas que diziam respeito à manutenção do poder

14 Foram constadas relativamente poucas renovações na direção da UDN, que localmente manteve quadros tradicionais deste partido na ARENA.

local e assegurando a ordem capitalista ficar livre de ameaças (Corrêa, 2011, p. 52).

Tomamos a definição acima como materialidade de pilares que sobreviveram por séculos, pela ação intencional, sobretudo, daqueles e daquelas que se beneficiaram da estrutura social sustentada por princípios em voga desde os tempos coloniais, atualizados abarcando os fortes apelos à violência física e simbólica da ditadura, sendo a presença do Bicho anterior, contudo corporificado no Capelão Militar fomentado pelo golpe.

A relevância do golpe civil/militar promovendo condições para a ascensão de João Durval ao cargo de prefeito já foi notada, como produtora de mudanças significativas no contexto político local examinamos mais detidamente aqui, interessando-nos advertir como o território feirense foi gerido a partir dessas alterações e quais as consequências para a população negra. Para análise de impactos sobre estes grupos, acenamos para a compreensão que “Por princípio de raça, subtende-se, aliás, a forma espectral de divisão e de diferença humana susceptível de ser mobilizada para fins de estigmatização e de exclusão, de segregação, pelos quais tenta isolar, eliminar e, até, de destruir fisicamente determinado grupo humano” (Mbembe, 2014, p. 102).

Compreendemos que o PDLI foi resultado da confluência de interesses internos e externos à Feira de Santana, uma simbiose dialética que fora articulada pelos agenciamentos de sujeitos, grupos e, mesmo entre oposições foram consensuados elementos de “progresso” como uma aptidão para o desenvolvimento da cidade que dentre os objetivos explícitos nos deparamos com a requalificação das formas de exploração de terras, de trabalhadores e trabalhadoras, e em particular examinamos as pessoas negras locais, com vistas a manutenção e extensão das hierarquias, redefinições espaciais, desafricanização, (re) territorialização, desterritorialização, formas de expansão e reformulação que tem como finalidade o incremento do capitalismo por meio de modelos ocidentais e estadunidenses, e outros que podem estar como convicções implícitas no projeto. Destacamos que;

Foi da UDN local que saiu a deposição de Francisco Pinto, caso normal em todo país no período. Na Bahia o golpe também criou a possibilidade de afastamento de inimigos políticos em prefeituras, como as deposições do prefeito de Vitória da Conquista, Pedral Sampaio e de Salvador, Vigildásio Senna, e também em câmaras de vereadores, além claro de militantes de oposição. É com o golpe que os quadros da UDN poderiam, enfim, afastar o mal da administração local, afinal esta “sempre obedeceu a orientação comunista”. Com a volta dos vereadores depois do recesso da Câmara e instalado golpe, Hugo Silva faz questão de propor uma moção de congratulação às “Forças Armadas do Brasil e a todos os brasileiros que se empenharam na luta contra o comunismo” sugerindo na mesma fala a deposição do prefeito por realizações de atividades subversivas. **Era a tão**

sonhada oportunidade da UDN local de voltar ao poder e interromper a participação popular nas atividades políticas da cidade (Corrêa, 2011, p. 52, grifo nosso)

Interessado no que aponta a permanência dos princípios de inspiração colonial na deflagração do Golpe, a oportunidade de interromper a participação popular nas atividades políticas da cidade chama a atenção para indicar que o golpe não foi apenas contra o prefeito eleito Francisco Pinto, ou contra as instituições democráticas, havia grupos que tinham tudo a perder com o assédio dos golpistas. Ao conjecturar o termo popular, concluímos que em diversas situações assume um caráter amplo e pode camuflar a diversidade daqueles que são classificados como populares.

Usualmente foi descrito como residentes de localidades distante do centro, fosse em zona rural ou urbana, de baixo poder aquisitivo, baixa escolaridade, podendo ainda ser trabalhador informal, pessoas negras e afrodescendentes, ao menos nestes cantos e encruzilhadas da Bahia, considerando nossa história e os censos de Feira e um conjunto amplo de pesquisas. Com esforço identificarmos no município alguns significados para o termo ao observamos aquilo a que estes grupos não pertencem com exclusividade, como a frações dominantes de classe, empresariado mais abastado, proprietários de grandes extensões de terras, riquezas e alto consumo de bens, posições políticas e intelectuais de destaque, e muitas outras, considerando que na contramão experimentam situações precárias de vida, simplicidade, vestimentas baratas, habitações precárias, invisibilidade suburbana (Oliveira, 2016)¹⁵. Especialmente no século XX, com variações e sutilezas, encontramos essas conotações compartilhadas pelos grupos políticos profissionais, jornais locais, poesias e literatura, e em grupos que foram aproximados de Francisco Pinto pela sua atuação como advogado e na condução de sua gestão com características corporativistas (Santos, 2007).

Ao nos arriscar no exercício de detalhar os sentidos de participação popular¹⁶, deduzimos que se tratava da participação de uma parcela da população de maioria, já identificada no município, negra, considerando aqueles e aquelas que não compunham uma elite política, ou grupo dirigente político local, com raras exceções que não seriam sem grandes invólucros de exclusão integrada pela cor, terra e trabalho (LINO, 2021), que não raro é a classe trabalhadora diluída em homogeneidades silenciadoras de peculiaridades. Negros e negras apartados de ambientes de decisão, poder político,

¹⁵ Uma análise sobre conotações da cidade está presente na obra de Oliveira (2016). Os subúrbios, pontas de rua, a contraposição entre o eu/urbe e outro/"suburbe", demonstram disputas em torno dos significados, de invisibilidades, da composição da população suburbana na contraposição com a "Rua", o centro, o moderno.

¹⁶ Ao referir-se as convocações de Francisco Pinto, Santos (2007) descreveu que "essas manifestações aconteciam de acordo com a convocação do prefeito e enchiam as praças de Feira de Santana com mais de 20 mil pessoas, até mesmo com 50 mil, segundo relatos mais exagerados" (p. 159).

econômico e do controle sobre as terras, da gestão urbana, projetado técnica e cientificamente seus banimentos do centro onde na feira central havia a corporificação de seus modos não civilizados.

Ao relatar sobre a experiência da Escola de Samba Escravos do Oriente, Mãe Socorro não deixou escapar que muitos políticos se empenhavam a lhe ajudar. A Ialorixá liderava esta escola de Samba desde a década de 1960 e sempre encontrou muita dificuldade no tocante a apoio cultural e incentivos públicos. Entretanto, ela afirma que na ordem da relação pessoal sempre pode contar com pessoas que gozavam de certo prestígio social na cidade, a exemplo do Dr. Chico Pinto e Franklin Machado (Oliveira, 2010, p. 186-187).

Desde o início de século XX podemos verificar iniciativas de “progresso”, ora definidos até pelo apelo da estetização do centro da cidade como objeto político institucional, vinculados a projeções de estetização que envolvia, dentre outras ações, a remoção de casebres, que

Na perspectiva da Intendência, significava reconstruir ou demolir, “muitos pontos negros que depõem contra o nosso progresso e são os casebres anti-higiênicos e antiestéticos” – talvez, mais do que uma qualificação negativa, a cor dos pontos poderia indicar a cor das pessoas que residiam nos pequenos imóveis (Silva, 2017, p. 46).

Identificamos na gestão de João Durval a arregimentação técnica e planejada, extensão da desafricanização do centro em seu sentido mais amplo e totalizante, homogeneizador, o esforço mitigador de práticas sociais e culturais, econômicas e outras, consequentemente, o corpo negro e negra. A feira seria higienizada, retirada, organizada, corroendo o centro da urbe para as vitrines das grandes lojas, magazines, com esforços operados por meio do Código de Postura (1967), posteriormente sistematizado tecnicamente e integrada um conjunto de ações por episteme disciplinar moderna no Projeto Cabana (1969) e PDLI, por exemplo.

Neste sentido pensamos que boa parte da proibição de práticas no centro da cidade diziam respeito a práticas festivas do candomblé, como a suspensão de batuques congados no final dos anos 1960, com o Código de Posturas Municipal. No cotidiano da feira de alimentos não é difícil perceber não só aspectos da cultura negra e popular de Feira como a presença de muitos feirantes e consumidores negros. No conjunto das atividades, as práticas dos freqüentadores e freqüentadoras e dos vendedores e vendedoras trazem uma riqueza de detalhes que nos reportam para um dia a dia permeado de modos de viver enraizados na negritude feirense (Pacheco, 2011, p. 176-177).

O centro era objeto de desafricanização há décadas, sem que isso se consolidasse da forma mais eficiente na disciplinarização que culminaria com a transferência da feira e criação do Centro de Abastecimento, na destituição do que poderíamos definir como símbolo e monumento da cidade. Com apoio do Bicho, uma simbiose se aperfeiçoava entre os grupos locais que fizeram a adesão e o arauto João Durval, presenteado com a deposição de Francisco Pinto¹⁷ no dia de seu aniversário,

No dia 08 de maio de 1964, um mês depois do recesso da Câmara, pouco mais de um mês pós-golpe, e no dia do aniversário do candidato derrotado da UDN a eleição de 1962, Hugo Silva propõe, depois de aprovada uma moção de congratulações a João Durval pelo seu aniversário - estaria por vir ainda o maior presente - o Projeto de Resolução nº 55/A64, "declarando impedido no cargo de Prefeito do Município de Feira de Santana o Bel. Francisco José Pinto dos Santos" 192 aprovado por 08 votos a favor contra 05, depois de vários constrangimentos aos edis em sucessivas tentativas frustradas devido a não formação de quórum em reuniões (Corrêa, 2011, p. 58).

A manutenção de vários padrões coloniais simultâneos, sobrepostos e dirigidos pelos grupos quase que invariavelmente composto principalmente por homens brancos, católicos, ligados a agropecuária e comércio e estimulados à indústria, inspirados em modelos e padrões fundamentalmente europeus¹⁸, posteriormente associados as influências estadunidenses - aqui avocaremos branquitude - entendida como colonialidade e branqueamento, o exercício que formula através do uso sistemático de mecanismos e dispositivos de controle estatais e privados a construção de identidade nacional, regional e local, invenção de espaços/regiões (Albuquerque, 2011), tendo como pano de fundo a revitalização e extensão, criação, de subalternidades e vulnerabilidades a partir de perspectivas de colonialidade, permanentemente correlacionados ao espectro da raça e de suas determinações ficcionais, a fim de garantir domesticação ou adestramento para "mantê-lo a disposição dos donos dos meios de produção e [...] de negar a luta civil dos negros para que não

17 Houve esboço de resistência armada por Francisco Pinto e correligionários, apoiadores, como também intervenção militar e prisão do prefeito. A sessão da câmara para sua deposição foi acompanhada por militares, "Os vereadores feirenses foram convocados pelo Major Helvio Moreira para votarem o *impeachment* num clima de tensão" (Campos, 2010, p. 60).

18 Para se aprofundar nas atividades econômicas e origens desses sujeitos, dentre outros tantos textos, ver: Campos (2016), Corrêa (2011), Santos (2007), Valente (2017), Monteiro (2009), Lins (2014), Silva (2017), Rodrigues (2016), Cunha (2013), Reis (2012).

existisse perigo de o Brasil se tornar um país onde os poderes políticos ficassem nas mãos deles” (Ramos, 1955, p. 175).

No campo religioso feirense a presença protestante fora notada em jornais com a fundação da primeira Igreja Batista do Brasil protagonizada por negros e negras e composta por grupo de pessoas sem escolarização, analfabetas, pobres, hostilizadas e pejoradas constantemente, predominado o catolicismo no outro lado da tensão, não sendo demasiado lembrar que o Bicho é nomenclaturado como padre armado asseverando a posição da instituição como predominante. Mesmo com presença do espiritismo Kardecista, mencionado por Nery (2010) foi entre os católicos que se consolidou a hegemonia do progresso, onde assentou o maior protagonismo e número de agentes, contudo hegemonia é a expressão daquilo que vai além e ultrapassa as frações, agrupamentos, classes, gêneros e outras categorias, seria o consenso amplo de setores diferentes e muitas vezes divergentes.

Somado as agremiações de classe, o conjunto do principais protagonistas do projeto e suas agremiações que formularam e implementaram o PDLI, porta vozes, imprensa, partidos, tinham em comum uma notória filiação confessional que em Feira teve conotação de progresso e modernização, que estariam compartilhadas em vínculos sociais amplos, logo “percebemos que socialmente o “ser católico” tornava os sujeitos parte integrante da sociedade feirense e, o título de pertencimento à essa religião perpassava pelas novas lógicas sociais baseadas na ideia de progresso”(Oliveira, 2010, p. 42).

Os cultos das religiões afro-brasileiras foram noticiados no jornal Folha do Norte quase sempre unívoca, pois amalgamaram as manifestações religiosas em apenas uma única religião – importante salientar que, nesse período, primeira metade do século XX, as religiões afro-brasileiras ainda não eram consideradas como religiões, e sim cultos fetichistas, desta forma, as matérias e textos as caracterizavam como primitivo e selvagem, colocando-as à margem da sociedade feirense, com isso, ratificavam a superioridade católica na cidade através da utilização, de adjetivos negativos como “aves de arribação”, “magia preta”, “feiticeiros”, dentre outros; em relação aos cultos afro-brasileiros (Oliveira, 2010, p. 43)¹⁹.

Na análise de Nery(2010) constata-se racismos por vezes velado, preconceitos identificados nas relações entre batistas, silenciamentos e conflitos com desenvolvimento de táticas de autoafirmação e resistência de pregadores negros e negras, porém, a compreensão sobre o candomblé, religiões de matriz africanas, não divergia do que predominava na cidade, “Estas

¹⁹ O autor se refere a reportagem analisada por ele. Praga de advinhos. Jornal Folha do Norte. Feira de Santana. 07 de julho de 1934.

representações guardavam ainda vestígios do racismo dos europeus e norte-americanos em relação às religiões africanas, sempre vistas como primitivas e inferiores com práticas canibais e desumanas algo próximo aos animais” (Nery, 2010, p. 143).

O vigário Padre Sales e Justo Filho, dentre outros, entendiam que essas eram práticas antigas, errôneas, mas o velho Alípio as mantinha como doutrina, independente de acreditar ou não, ao tempo que Justo Filho as adjetivava com um “pitoresco”, “sinal de passado” (SODRÉ, 1997, p. 95). Sobre o Bicho ficou registrado que numa “visita bruta” ao Tanque Urubu, na saída sul da cidade, onde se aglomerava “os negros e a gente muito pobre” “derrubou a pontapés, num quintal, um montículo de terra que lhe parecera obra de idolatria africana (Sodré, 1997, p. 104). Ainda a respeito da perseguição ao cultos;

Uma percepção diferente acerca da repressão aos candomblés encontra-se no depoimento do Dr. Hugo Navarro²⁰. Advogado, jornalista, boêmio e contemporâneo de Dona Angélica, Hugo Navarro também freqüentou algumas vezes os candomblés da época. Mesmo que não com a mesma intensidade e interesse, mas registrou em suas memórias histórias que viu e ouviu do universo dos candomblés, inclusive casos de repressão e constrangimento a adeptos do culto afro-brasileiro (Oliveira, 2010, p. 177).

Contrapõe-se a atenção dispensada aos candomblés por Hugo Navarro, frequentador do culto afro-brasileiro, o Código de Postura (1967) e alusões a repressão do candomblé no período ao qual o depoente é adesista e propagandista do projeto modernizador, do golpe de 1964 e a ditadura civil/militar, importante articulador anticomunista. Ressaltamos a repercussão no imaginário social urbano do período que restou sobre o capelão militar, Edmundo Jukevics, o Bicho que “acossou bares, salões onde eram praticados jogos, casas de prostituição e etc., ganhando notoriedade em páginas do jornal Folha do Norte” e lembrado na memória de pessoas além das vítimas autênticas do capelão (Corrêa, 2011, p. 59). Formulado na parábola dos conflitos por meio da censura do corpo e sua mutilação, vejamos a contenda paradigmática dos cachos capilares...

Duro ou mole, ia rapidamente ao chão, em grandes cachos, a longa cabeleira do rapaz, ante o ataque da tesoura que o capelão a retirara de um estojo levado por um dos soldados. Finalmente satisfeito, o padre-armado liberou o tosquiado ofendido, não sem antes sentenciar em voz alta, de modo que fosse ouvido por toda a gente aglomerada a distancias prudentes:
- A modernidade de que este país precisa é outra! (Sodré, 1997, p. 27).

20 Hugo Navarro Silva, o mesmo vereador proponente do golpe em Feira (Corrêa, 2011).

Difundir como discurso a desvalorização de pessoas africanas e afrodescendentes dentro e fora do território brasileiro, em tempos passados coloniais cumpriu um papel relevante, fundamental não apenas na constituição do país como um princípio gerador de teorias, ideologias, identidades e práticas, como atendeu a manutenção das terras conquistadas e expropriadas e sua extensão, a exploração de uma diversidade de povos e grupos em favor de uma minoria colonizadora. Minorias que ocasionalmente, com alguma flexibilidade de aceitação de indivíduos e grupos de exógenos, abrigaram alguns e algumas para compor suas agremiações, situação de classe e outras e constituiu uma branquitude por meio de processos de racialização e etnicização, atuou nas colonizações e através de descendentes – colonos - empenharam-se, orientados “por meio de uma inculcação dogmática, uma comunidade linguística, religiosa, de valores estéticos e de costumes” (RAMOS, 1955, p. 175) para assegurar o território invadido e sua extensão constante, mormente sobre os povos originários e negros e negras; “Só assim, diria Gumpowicz, poderia apoiar sua autoridade em sólidos pilares, o que sempre constitui, para todo poder, um valioso elemento de conservação, uma efetiva garantia de duração” (Ramos, 1955, p. 175).

A branquitude operou razão que corporificar-se-ia em colonialidade, mas não o fez sem que o processo de inculcação tivesse por finalidade a generalização, repetitivamente renovada e atualizada, do sucesso da conservação de colonialidades. Estaria comprometida e destinada ao insucesso sem um conjunto de intervenções que envolvesse técnicas, práticas, ações políticas, relações econômicas, epistemes e epistemologias, saberes, violência, Estado, mecanismos e dispositivos e outros elementos que compusessem uma totalidade homogeneizante. Foucault considerou a definição da episteme, que aqui investigamos,

[...] como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporia a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época - grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima. Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas (Foucault, 2008, p. 214).

A episteme que repercutiu em Feira de Santana tem como centro difusor a Europa e os EUA, formulou identidades de branquitude e operou o branqueamento.

Historiadores como David Roediger, Theodore Allen, Noel Igratiev, entre outros, enfocaram como a identidade racial branca foi historicamente moldada e como a supremacia branca influíam na construção do "outro" não branco. Destacam branquitude como um lugar de privilégio racial, econômico e político (Bento, 2002, p. 164).

Podemos considerar que o "Branqueamento e ascensão social aparecem como sinônimos quando relacionados ao negro. Parece-nos que isso decorre do fato de que essa sociedade de classes se considera, como um "mundo dos brancos" no qual o negro não deve penetrar" (Bento, 2002, p. 57).

Num breve perfilamento dos grupos sociais que mobilizaram esforços no sentido de preparar e deflagrar o golpe civil/militar em Feira identificando-lhes características que foram além de interesses políticos, econômicos e morais em comum e que convergem em sua maioria com a branquitude enquanto totalidade. Uma genealogia familiar possibilita deduzir como de ascendência não negra ou silenciada, subtraída, embranquecida, somando-se não raro ao similar efeito com qualquer indigeneidade pregressa. Relembremos os já citados estudos que destacaram a singularidade de Agostinho Fróes da Motta e posteriormente seu filho Eduardo. O primeiro como um empresário e intendente de cor (negro), o segundo empresário, médico e profissional da política que ascendeu ao cargo de prefeito, duas exceções de um mesmo lar. Em outra dimensão, a negritude feirense ocupou predominantemente lugares de pouco prestígio, com algumas poucas exceções, mas são amplamente noticiados quando perseguidas práticas religiosas e culturais que os e as vinculassem a África e a afrodescendência, e como figuraram como contraponto ao "progresso". Revisitemos o imaginário de Lucas da Feira, o Demônio negro.

Ao analisarmos as *Chronicas feirense* percebemos a repetição constante do termo "o salteador" e que as reminiscências sobre a vida de Lucas da Feira perpassaram apenas por associar toda a sua existência ao crime, inclusive naturalizando uma suposta índole criminosa ao mencionar que desde o nascimento, Lucas da Feira deveria ser adjetivado como um criminoso. Há também a ausência de qualquer menção ao cognome "Lucas da Feira", portanto, conjecturamos que a substituição ao termo "da Feira" pelo termo "o salteador" tenha sido uma estratégia de deslocar a memória de Lucas, apagando não a sua existência, mas o seu pertencimento a cidade de Feira de Santana (Costa, 2021, p. 34).

Na citação acima a autora analisou a coluna do Jornal Folha do Norte, "*Chronicas Feirenses* entre os anos de 1923-1924 e *Vida Feirense* entre os anos de 1937 e 1953" (COSTA, 2021, p. 34) de autoria de Arnold Silva um dos proprietários do jornal e ex-prefeito (1959 – 1962) Udenista que foi sucedido por Francisco Pinto.

- É preciso entender mesmo, especialmente nesta cidade, que é encruzilhada para tantas outras e é no entanto marcada pelo pecado original de uma guerrilha de negros, a nodoa desse tal de Lucas da Feira, que teve o braço cortado, que foi castigado na forca, mas que deixou na terra sementes do Mal. O demônio floresce em brotos, rapaz. A juventude é broto fácil do demônio. Essas ligas de comunistas que andaram espalhadas pelas roças dos arredores, essas mudanças de costumes, esses desregramentos são broto do Mal - o capelão elevava agora a voz, a mão direita tomada por espasmos repetidos, o facão tremendo. - É preciso acabar com Lucas, é preciso cortar o mal pela raiz, rapaz, entendeu rapaz? (Sodré, 1997, p. 69).

Na cidade ecoou divisões, subalternizações, dominação material e simbólica, poder político institucional, dentre outros aspectos que caracterizaram e caracterizam nossa formação brasileira complexa, ressoando dissimuladamente naquele que seria segundo Freitas (1998), uns dos primeiros planejamentos urbano da América Latina, um instrumento que pouco incluía subalternizados, mas acentuava a desterritorialização e (re) territorialização destes e destas, predominantemente negros (pretos e pardos).

O BICHO VERSUS O DEMÔNIO NEGRO: SIMBIOSE CATEGÓRICA COM A PRINCESA, BRANQUEAMENTO, AGENTES LOCAIS PELO "PROGRESSO"

Os perfis dos sujeitos dirigentes na cidade, apesar de diferenças, guardam em comum o *status quo* étnico-racial e de classe conferido pela branquitude mesmo atuando em profissões ou funções diferentes e frações de classe distintas, tais como os ramos de negócios agropecuário, industrial, comercial, de transporte e distribuição etc. Há importância de registrar que existem diferenças entre esses sujeitos que compõe branquitude no país, contudo essas não fragilizam o status, mas sim lastreiam uma certa unidade através que pode ser mobilizada constantemente na forma de um pacto narcísico (BENTO, 2002), ou seja, o status racial atribuído através de um processo violento de colonização e posterior manutenção de estruturas simbólicas, revelam as identidades vinculadas a colonialidade.

Contrário ao pensamento de que o racismo é uma ideologia ou uma superestrutura derivada das relações econômicas, a ideia de "colonialidade" estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica

estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade. O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (Grosfoguel, 2018, p. 67).

A branquitude constitui-se entre sujeitos que ao longo da história do Brasil, desapropriaram e usurparam o território e as terras e estabeleceram formas de exploração do trabalho, e em Feira de Santana se repetiu padrões. É possível verificar que ao se colocar contra os grupos “populares” isto é, predominantemente pessoas afrodescendentes negras e suas expressões culturais religiosas, saberes, formas de troca, estéticas e artísticas e outras, esses sujeitos estavam se colocando como não populares, como não negros, mas sim como pessoas que poderiam, pela sua condição de privilégios econômico, cultural e racial, definir uma proposta de zoneamento e controle da cidade, por tanto do seu território e das demais pessoas que ali viviam, repercutindo assim, através da sua proposta de zoneamento, exclusão, vulnerabilidades, silenciamentos, escassez e pobreza, territorialização, desterritorialização negra, enfim, impor negritude²¹.

Dedicar-se a objetivamente encontrar um racismo sem raça, raças sem racismos, não é simples, implica no desencadeamento de uma série documental ampla, conjuntos discursivos e de práticas que aqui precisamos de um recuo para apresentar sinteticamente uma série de pressões por um modelo social mais amplo, sustentado em um “acordo tácito” na sociedade brasileira, que é a de não falar sobre racismo e sempre encarar as desigualdades raciais como um problema do negro” (Bento, 2002, p. 56). Não falar de racismo não significa construir imaginários sem negros em sua totalidade, opera-se realidades e símbolos de ligação em que os negros e negras, indígenas e grupos sociais étnico e racialmente definidos como inferiores figuraram como temas na Feira, exemplificado no Lucas, ou na perseguição as religiões de matriz africana e num conjunto de práticas sociais pressionadas a desaparecerem. Os grupos inferiorizados são representados e mantidos em posições

21 “a razão negra designa tanto um conjunto de discursos como de práticas – um trabalho cotidiano que consistiu em inventar, contar, repetir e pôr em circulação fórmulas, textos, rituais, com o objetivo de fazer acontecer o Negro enquanto sujeito de raça e exterioridade selvagem, passível, a tal respeito, de desqualificação moral e de instrumentalização prática” (Mbembe, 2014, p. 58). Desde o início da colonização que pessoas brancas propõem formas de controle e se empenham em controlar a forma e o sentido da ocupação das terras neste território. Com a independência da metrópole esse padrão não mudou. O Brasil se tornou independente de Portugal, mas não da branquitude.

sociais menores, amplamente descritos, classificados, contudo e, muitas vezes, sem definir essas representações como racismo, são operacionalizados mecanismos e dispositivos, constituindo relações de poder simbólico que é estruturante, estruturado e estrutura dissimuladora, pois

Os 'sistemas simbólicos', como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder Simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, 'uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (Bourdieu, 1989: 9).

A branquitude pode ser lida, também, a partir do lugar de exercício de poder pois, "Branquitude é o reconhecimento de que raça, como um jogo de valores, experiências vividas e identificações afetivas, define a sociedade" (Bento, 2002, p. 163). A institucionalização de diferenças, constantemente operadas em Feira de Santana, encontradas em conjunto amplo de pesquisas densamente documentadas, nos colocam na posição de "observar como a branquitude enquanto lugar de poder, se articula nas instituições – que são por excelência conservadoras, reprodutoras e resistentes às mudanças constitui um contexto propício à manutenção do quadro das desigualdades" (Bento, 2002, p. 166). Na experimentação conflitante de Antão, este se esforçava constantemente para afastar-se das negritudes, sendo que no mundo real este era contraposto, e pressionado como foi por poderes simbólicos e relações sociais e materiais que o afastavam.

Com a ascensão de João Durval ao poder e este como o arauto de um projeto de hegemonia que apresentaria a indústria como força motriz num projeto que integraria o município e sua economia internamente, Feira acompanharia também, em sincronia, o modelo econômico nacional e internacional. Apoiado numa oportunidade singular de possibilidade de fomento do governo nacional, alicerçados em empresários locais articulados no Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) dentre outros, aparelho que reconhecia no prefeito este protagonismo. Membros que compunham este Centro patronal, participavam de outras organizações como a Associação das Indústrias de Feira de Santana (AIFS) e Sindicato Rural de Feira de Santana (SRFS) (Monteiro, 2009).

Diante do PDLI estariam, definitivamente, reunidos um conjunto de ações de um grande projeto, adjetivação adequado uma vez que o "plano que visava o domínio global da região urbana da cidade, que propôs alianças entre frações de classes em torno do consenso sobre a modernização do município. Este projeto norteou leis aprovadas e outros projetos definidos pelo município (Corrêa, 2011, p. 78). A essas frações de classe, os saberes que orientariam o PDLI e outros, as referências, os

objetivos e seus impactos sobre os “atrasados” mundos negros e rurais do município, seriam notáveis, funcionando concomitante como um dispositivo de controle repulsivo na cidade globalmente com a pressão sobre as periferias e zona rural, com repercussões na - associado ao projeto Cabana e outras ações – na desafricanização do centro, onde havia uma presença ampla negra entre comerciantes e consumidores (Pacheco, 2009)²². Entre a intervenções disciplinares que a modernização colocava em curso em seu programa constou “o investimento em melhorias públicas como calçamento de ruas para assim evitar a ação de assaltantes no local” (Silva, 2013, p. 40) onde se instalaria o Centro Industrial do Subaé, tradicional bairro negro, subúrbio essencialmente rural (Lino, 2023, p. 32), que seria atravessado pelos empresários e operários das novas indústrias²³.

Como apontou Ferreira Filho (1998) interpretando a desafricanização das ruas em Salvador, na capital foram acionados discursos, ações políticas, letramentos, modernização, dualização com costumes populares e religiões de matriz africana, uma economia negra predominante nas ruas a ser desarticulada, difusão de ideais republicanos civilizatórios, papéis femininos e masculinos estabelecidos com parâmetros patriarcais modernos, urbanização e saber urbano com práticas europeizantes, cientificismo, catolicismo, higienização, cor e raça e o racismo, controle do lazer, substituição de negros e negras por branquitude na ruas, dentre outros. O grande objeto ao qual se destinava era dualizado para sobreposição de “Europa” à “África”, europeizar com a desafricanização.

As particularidades da república em Feira foram de Lucas (século XIX) à Princesa (século XX). A institucionalização de vários componentes articulados no PDLI, Código de Posturas, CIFS, ACFS, Câmara Municipal, projeto CABANA, imprensa, dentre outros, tomam a cidade como um todo, um objeto do urbanismo, compondo uma totalidade planejada e coesa - epistêmica e epistemológica, ao menos no traçado da vontade política que se difundiu. Por traz dessa institucionalização há uma organização estruturada por décadas de um poder simbólico cada vez mais imbricado na formulação de configurações políticas, econômicas e jurídicas institucionais, mas também encontrada nos polos populares, não formais.

Na alegoria de Sodré (1997), em audacioso diálogo sobre a condição de enfermo do personagem Zé Tabocas, “demência”, estereotipado por uma patologia mental, o Dr. Osmundo, já

22 Ver especialmente o tópico 4.3 – Traços de uma feira negra e popular: práticas cotidianas. A mobilização do conceito/processo de desafricanização para interpretação do projeto CABANA e outros é nossa, e não é pioneira sobre Feira de Santana como apresentamos nas referências.

23 O bairro Tomba, era pejorativamente alcunhado de morro do macaco nas imediações centrais onde ocorria a “feira do Tomba”. Atualmente, além de reminiscência na memória de moradores sobre o termo, o morro do macaco ainda é o nome utilizado para uma região mais distante da praça central do bairro, nas imediações do loteamento Fraternidade na extremidade sul da cidade e limite (fronteira) territorial ante ao município de São Gonçalo do Campos, de onde Muniz Sodré é natural. A população é predominantemente negra desde os primórdios do loteamento e do bairro.

depressivo com resultados negativos no tratamento do paciente, descreveu a sua condição como oriunda da “resistência ao progresso, à ciência, meus amigos”, “- Mais precisamente de Zé das Tabocas”. A resistência de Zé era “impermeável”, “alheio”, mesmo depois do médico explicar as razões da ciência e aplicar as técnicas de Fliess e Freud (p. 115). Irrresignado o médico, crítico do apoio recebido pelo enfermo por parte de sua família e amigos, que não viam anormalidade na sua “demência”, concluiu por uma única solução: “Seria preciso modernizar toda essa gente, reeducá-la, em suma, e essa não é uma tarefa para um médico só. Seria necessário um esforço coletivo de modernização” (p. 116).

Por fora do imaginário literário, solitário o médico não estava, diante dos mecanismos que defendia um saber clínico especializado, Feira contava com a institucionalização de um discurso e prática disciplinar, também de exclusão.

O processo de industrialização, as agências do Estado, o surgimento de espaços de lazer e entretenimento, a disseminação das ideias de modernidade, as especificidades arquitetônicas, a criação de novas estradas configura-se como realidades concretas de uma intencionalidade modernizadora. Concomitante ao período de intensificação dos rumos modernizadores da cidade é implementado o Hospital Colônia Lopes Rodrigues (1962). É justamente desse aparato cultural propiciado pela onda modernizadora no município e suas transformações estruturais que podemos salientar que o surgimento do hospital colônia encontra um terreno fértil para o seu nascimento. As conjeturas modernizantes vivências pela cidade abrem leques de permissividades, inclusive, para o surgimento de uma instituição de atendimento psiquiátrico (Barros, 2016, p. 35).

A negritude como objeto privilegiado também segue na análise do autor. Vejamos que em termos de racismo como um fenômeno dissimulado, refletem nas dificuldades que temos de encontrar este explicitamente.

Homossexuais, negros, negras, desempregados, prostitutas, alcoólicos, mulheres que traíam os maridos, afeminados, uma variedade de pessoas. Os considerados “anormais” eram encaminhados para a morte social e biológica em espaços manicomiais. As informações contidas no livro dos mortos do Hospital Colônia Lopes Rodrigues parece não fugir muito a lógica. Sua imprecisão, ou mesmo, a falta de conteúdo explicativo da causa de internamento abre possibilidades para interpretações anticuidadoras por parte da instituição (Barros, 2016, p. 49).

Assim é a obra literária também, diante das construções dos fenótipos, das dualidades, dos conflitos civilizatórios, tal qual a cidade e os sujeitos do período imaginado e concretamente existentes, o racismo não é conceito descrito nas relações, um termo mobilizado objetivamente por Sodré, nós é que realçamos, ainda que a presença das divisões e classificações sociais étnico-raciais estejam frequentemente consolidadas na obra ela é metafórica com a realidade dos racismos na medida em que simula a concreticidade das relações feirenses, seus racismos sem falar racismo.

A hipótese de Barros (2016, p. 49) é plenamente sustentável diante do que era Feira. Adendos para essas conjecturas podem ser ensaiadas a partir da análise de vínculos com organismos sociais articulados e mantidos por conexões internacionais, como o Rotary Clube e seu congênere o Lions Clube. De maior influência para a nossa análise, o Rotary Clube de Feira de Santana foi fundado em 1941 por João Marinho Falcão, sendo em sua casa onde ocorreram as primeiras reuniões (LINS, 2016). O perfil social, econômico, de gênero e étnico-racial de membros do clube convergia a participação em outras entidades, órgãos e associações já mencionadas.

Seus membros: homens de negócio, caso de João Marinho Falcão, Jonathas Teles, Eduardo Fróes da Motta; políticos e intelectuais, João Durval, Hamilton Cohim, Áureo Filho, Dival Pitombo, Newton Falcão; investiam bens materiais (capital) e simbólicos (história de vida, distinção social) para organizar um lugar legitimado, racional, científica e moralmente, para materializar seus interesses e suas visões de mundo (Lins, 2014, p. 82).

Esses sujeitos afinavam suas visões - apesar de algumas divisões partidárias - de mundo com as referências europeizantes e estadunidenses, uma vez que o Rotary era uma iniciativa de agremiação que tinha um caráter imperialista fundado no americanismo. Nos princípios daquele clube estavam a busca pelo “aperfeiçoamento do capitalismo, algumas bases da sua cultura: educar, moralizar e elevar espiritualmente os diversos estratos da classe dominante”, garantindo-lhes a possibilidade de requalificar suas formas de dominação e controle dos grupos subalternizados, esse processo se daria mediante a difusão de “valores que se consubstancializassem em práticas civilizadas de competitividade entre os pares de classe”, a ideia de “práticas civilizadas” (Lins, 2014, p. 82).

Adentrando além do já descrito de modelos e moldes, epistemes e epistemologias, temos a relação além da rotariana com o americanismo nos tratados MEC/USAID²⁴ e Aliança para o Progresso. Foram realizados acordos e investimentos locais²⁵ desde ao menos 1965 na cidade. O “progresso”

24 MEC- Ministério da Educação; USAID - United States Agency for International Development.

25 Nova visita seria feita pela USAID no governo de João Durval para instalação do centro industrial. Jornal Folha do Norte, 04/11/1967.

definia que o estrangeiro quem ganharia mais, na forma e nos agentes, o cacete armado com privilégio de alguns feirenses, afinal “O Bicho é sempre um estrangeiro na pele da gente” (Sodré, 1997, p. 125).

Alguns jornais como Folha do Norte, Situação e o Feira Hoje se encarregaram na cidade do esforço de excitar e estabelecer apoio e adesão ao golpe civil/militar, que teve em seu discurso basilar o anticomunismo. O Bicho, o “gringo” Edmundo Jukevics, no relato de Zé Florim ao engenheiro Lúcio Aguiar, contou-lhe que foi preso no bairro do Tomba e que pelo capelão que foi “encarregado de procurar armas pela cidade, que segundo boatos, pertenciam as ligas camponesas” (Sodré, 1997, p. 41).

O conjunto dessa totalidade agora se conectando em proposição de projetos de hegemonia, que teria por função consensual estabelecer o modelo de crescimento, cidade, urbanismo, técnica, econômico, habitação, de gestão dentre outros, foi se consolidando. A referências da escola de Chicago, de Le Corbusier forma percebidos na análise do PDLI e outros planos (CORRÊA, 2011). Aqui sua construção enquanto proposta consensual de ampliação de uma vontade coletiva seria um instrumento institucional singular confrontando uma promoção popular na cidade do governo de Francisco Pinto, uma readequação e (re) territorialização das relações de força, de poder, que conjugou desde anseios subalterno com a prometida ascensão social com o “progresso” e modernização, empregabilidade, urbanização, transporte, lazer, saúde, higienização e habitação dentre outros.

No exemplo das políticas iniciadas por Francisco Pinto, houve uma tentativa de aproximação dos produtores com os consumidores, através da eliminação do encarecimento de preços, por via de fiscalização dos atravessadores, fortalecendo assim o mercado tradicional. O monopólio do comércio de alimentos, feito cada vez mais por negociantes de maior porte pode ser visto mais, em Feira de Santana, como causa para uma desregulamentação da distribuição, do que uma desestabilização de preços, originada na própria feira livre. Ou seja, o projeto Cabana encontrou como fatores de desorganização do comércio o crescimento do número de comerciantes que fugiam ao controle dos impostos e, em defesa da necessidade de um controle deste pequeno comércio, o Projeto indicou mais ações. Encontramos na política do Projeto Cabana, ao lado dos demais, um aprofundamento do conjunto de atuação no controle da venda de alimentos, desde a produção – e por esta razão a discussão sobre o mercado precisava acompanhar o debate sobre toda a economia local – até a construção de um equipamento urbano próprio, para o fim de domínio da distribuição, de acordo com modelos urbanísticos do momento. Foi também necessário encontrar suportes legais para agir na limitação de comerciantes considerados fora do padrão de consumo de alimentos, por

vender sem embalagens, sem inspeções sanitárias, entre outros (Pacheco, 2009. p. 118).

Como projeto de hegemonia, disputando por meio deste a direção intelectual e moral, encontramos a monopolização de alusões europeizantes, ocidentalizantes, colonialidades do poder, do ser de do saber. Se Francisco Pinto reconheceu outros agenciamentos locais e elaborou programas de gestão e protagonismo, João Durval, o representante do empresariado, foi na contramão e em sincronia com o regime ditatorial ofereceu uma estratégia de subtração de protagonismos, perseguições, com amplos consensos em torno da institucionalização dos projetos de urbanização, criação de parque industrial e outros mencionados aqui, atentando-se particularmente para atender anseios de grupos dirigentes e frações de classe, “O governo João Durval estabeleceu seu traço de distinção política pelo uso do planejamento (Monteiro, 2011, p. 92).

O PDLI materializava uma episteme e epistemologia de caráter evolucionista e linear, natural e regular da história, positivista e, portanto, afeito a neutralidade matinha algumas zonas consolidadas.

Quanto ao Estado, nele se observa uma visão positivista, onde a ciência, junto com um Estado forte, pode criar um bem estar social. Neste caso, ele tem o papel de manter o equilíbrio entre os diversos agentes sociais, voltado para o bem comum. Partindo da ideologia de que ele é neutro, como a ciência também o é, e que ambos são capazes de dar respostas às necessidades sociais. Todavia, acredita e defende que “deve ser estimulada a formação de grupos de líderes com programas próprios e definidos para incrementar o desenvolvimento as comunidades” (PMFS, 1968, p. 15), ficando claro que cabe à Universidade Nacional²⁶ realizar este papel (Santo, 2012, p. 124).

Por outro lado, aqui se estende e consolida a episteme, descrita na forma reta das coisas, produtos e mercadorias, como na “máquina de desentortar banana” (SODRÉ, 1997, p. 127-128), cabendo, sobre o PDLI, “ressaltar ainda, que este parcelamento será efetivado sobre o tabuleiro interiorano, justamente o local que vai dar à cidade o seu aspecto mais marcante, o das ruas largas, retas, sobre um terreno plano” (Santo, 2012, p. 125), contrapondo-se ao século XIX e parte do XX das poucas ruas e tortas (p.135).

26 Em alusão, a Universidade Estadual de Feira de Santana passou a funcionar em 1976. “E no último ano da gestão em foco seriam tomadas as principais iniciativas para viabilizar a implantação da Universidade, para o que foi essencial o apoio da gestão municipal de João Durval Carneiro e a decisiva liderança do grupo de intelectuais de sustentação da Associação Filinto Bastos” (SANTOS, 2011, p. 324).

Esse planejamento definiu, perante o Brasil, com repercussões internacionais, a nova Feira em que estamos começando a viver, construída pelo igual espírito de compreensão do seu Govêrno, – Executivo e Legislativo – e do seu povo. São os resultados dessa política de compreensão e planejamento que trazemos hoje à apreciação desta Colenda Câmara. E começamos pela industrialização. Nossa comunidade, prestes a deixar de ser aquêle <<porto rodoviário>> obrigatório, a que se referem os estudiosos de geografia econômica, percebeu em tempo a necessidade de iniciar, sem delongas, um nôvo ciclo de sua economia. O caminho escolhido não poderia ser outro que não o de transformar-se o centro pecuário comercial, já de avantajadas proporções, também, num parque industrial capaz de atender aos nossos mais justos anseios desenvolvimentistas.²⁷

Como parte das estratégias e possibilidades históricas e das para integração de Feira de Santana com o modelo brasileiro e internacional de economia capitalistas, o cacete armado, a mobilização de agências, instituições, Estado, implicava na formação de opinião pública, convencimento na totalidade das relações sócio-políticas feirenses. Dentre os mecanismos usados, mesmo contra a elite feirense que precisava conformar-se como modelo, estava a violência física.

Prender gente suspeita de comunismo, dar tabefe em estudante, tosquiar adolescente, invadir casa de gente pobre, tudo isso estava na regra do jogo, que se conhecia, quando se tratava de repressão fardada. Mas desbriar a elite, não homenagear a tradição do poder, era incorrer no mau-gosto de comportamento de tropa sem espírito civilizado (Sodré, 1997, p. 53).

O poder simbólico operado, sustentava-se em um amplas situações de perseguição das práticas populares negras, desde o consenso que foi se formando sobre a religiões e práticas afro-brasileira, a execução de planejamentos que dariam a forma política e jurídica acaba como um princípio gerador. A aglutinação de sujeitos em torno de uma versão de moderno e progresso foi a tarefa que se incumbiu, agora na forma, acaba com a força motriz da indústria estávamos diante da consolidação de técnicas, saberes, formas de executar o urbano, que eram difundidas como contraposição. O fenômeno em curso foi operacionalizado sob a ditadura civil/militar, com ações violentas de Estado, anticomunismo, perseguições e torturas²⁸. Subtração de movimentos e

²⁷ Jornal Folha do Norte. 11 de abril de 1970.

²⁸ Indicamos algumas sugestões de pesquisas, sem prejuízo de outras, que produziram análises relevantes sobre a repressão em Feira de Santana durante a ditadura civil/militar foram Corrêa (2011), especialmente na

instalação de uma sensação de medo, como o capelão (progresso e modernização), “cabra-de-assombração” “um diabo embiocado de padre”, “cortando a fibra do povo em nome do cacete armado!” (Sodré, 1997, p. 100).

Sobre negro e tudo o que for associado a negritude, se aciona o dispositivo do racismo através da invisibilização pela redução dissimulada da racialização, é retirado das representações positivas de civilidade e civilização, conhecimento e prosperidade, intelecto e saber etc., fomentando o “crescente embranquecimento da representação social”, “o branqueamento em todas as dimensões da vida social” (Carneiro, 2005, 57).

É esse novo status que o dispositivo de racialidade enquanto dispositivo do poder disciplinar emergente, haverá de demarcar em ações teóricas de assujeitamentos, semelhantes ao que é denominado por Muniz Sodré, de “uma espécie de símbolo ontológico das classes econômica e politicamente subalternas (Carneiro, 2005, 57).²⁹

Os monopólios em disputa de hegemonia se apoiavam em rudimentos que ampliariam o branqueamento da cidade, também através de uso da exclusividade (quase) de violência legítima pelo Estado, com apoio de observadores, denunciadores, olhares atentos que abriam caminho para o projeto ser consolidado como um fomento a um modelo que seria predominante, destaquemos, um projeto de hegemonia aqui não se confunde com a hegemonia do grupo, mas como uma proposta, uma mobilização para tal finalidade, não sendo objeto deste texto analisar a eficiência prática do grupo, se efetivamente se tornaram hegemônicos, o que renderia linhas diversas a mais e outros expedientes documentais e metodológicos.

Por fim deste texto, torturas, perseguições, o uso de aparato estatal e repressivo, com o Bicho para trazer e transformar a Princesa em progresso, para exorcizar o Demônio negro, no arremate do processo, identificamos que o esforço foi para que Feira, no desenrolar de tempos, institucionalizasse globalmente na cidade e município, o branqueamento, razão ocidental, a colonialidade.

Ao ver saindo da casa do empresário agrário Lulu do Boi - que já havia demonstrado interesses na industrialização e tirava proveito do progresso através do sistema jurídico para forçar

demonstração de conexão entre dirigentes políticos, partidos, instituições civis e públicas, delatores e oposição reprimidas e violadas, e Oliveira (2016).

29 Carneiro toma de empréstimo Sodré que utilizava noutro contexto a expressão, assim como nós a tomamos, anteriormente, como paráfrase para referimo-nos a Feira de Santana quando ela se referia ao Brasil. Ele citou: SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros – identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1999.

pobres vender terras baratas; o padre-armado somado a um “velho prócer udenista, eterno chefe político local”, acompanhado de Celso Reis” (Sodré, 1997, p. 145) - advogado delator de subversivos; concluiu o protagonista que estava formada “à antiguidade dos interesses” (Sodré, 1997, p. 146), “dinheiro e interesse por detrás do terror” da ditadura que era modernidade e “progresso” (p. 145-146) reunindo interesses de frações de classe diferentes, da Igreja e dos militares, hegemonia³⁰.

UMA CONCLUSÃO A CRER...

Examinar a história de Feira a partir da provocação literária de Muniz Sodré, e a culminância de vontades de progresso presente no PDLI, nos permite interpretar formas de controle do território e exploração da população negra, maioria no município, e que essa manobra foi planejada respeitando o modelo de sociedade hierarquizada racialmente e dissimulada. Racismo, escravidão, reforma agrária, religiões de matriz africana, usos distintos de uso do solo, produção da vida material diferente do modelo predominante e moderno de progresso foram, dentre muitos outros, objetos que não seriam enquadrados no modelo homogêneo e integrado.

O PDLI fora acompanhado de um conjunto amplo de ações que apontava a consolidação institucionalmente do “progresso”, agora sistematizado tecnicamente, epistemologicamente, contudo, foi uma confluência de perspectiva que juntou a fragmentadas ações nos tempos anteriores, dando contornos mais coesos e ações mais incisivas, por isso ali fora localizado um “progresso” especializado, peculiar e descrito, uma totalidade homogeneizante que ocorreria com a ditadura civil/militar a integração de frações de classe.

A colonialidade do “progresso” contrapunha os modos de ver e viver que eram marginalizados, muitas vezes chacinados física e/ou simbolicamente. Era o passo mais largo da Feira em direção aos progressos das terras civilizadas dos mundos europeu e estadunidense. Processo longo, mas com uma importante culminância na ditadura (progresso, o Bicho) apontada por Sodré. Era a Feira do saber científico excludente, do dispositivo racial dissimulado e era a Feira que extinguiria a feira. Apoiarmos a análise sobre a obra de Muniz Sodré nos permitiu escrutinar a materialidade de um imaginário narrado por ele, de imaginários refletidos em seu romance, da cidade imaginada e a cidade documentada na produção historiográfica, já firmada, sobre Feira.

No século XX emergiu um longo esforço político e intelectual, culminado no pós-golpe de 64, de contrapor a Princesa, moderna e do progresso branqueador, eurocêntrico com referências estadunidense, versus o Demônio negro, afrodescendente com heranças diversas de indigeneidades

³⁰ Usamos Antônio Gramsci para examinar hegemonia como Corrêa (2011), e também como autor de referência de Muniz Sodré.

ocultadas, construído como um imaginário do atraso do século XIX que resistia na cidade terra de Lucas, e a “sociedade brasileira empreendeu ações concretas para apagar essa “mancha negra da história”, como fez Rui Barbosa, que queimou importante documentação sobre esse período” (Bento, 2002, p. 55), e “Convém frisar que antes de Feira de Santana ser nomeada como “Princesa do Sertão” pelo político Rui Barbosa, em 1919, por causa do comércio local, já era conhecida em nível nacional como a ‘Terra de Lucas da Feira’ (Costa, 2021, p. 23).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paul: Pólen, 2019.

BARROS, M. O. (2016). **O ‘manicômio da princesa’**: reflexões sobre a psiquiatria institucional em Feira de Santana – Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso. Cachoeira: UFRB, 2016.

BENTO, M. a. s. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS, Juliano Mota. **Entre tinteiros e palanques**: A trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva em Feira de Santana-BA (1909-1930). Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2016.

CAMPOS, Ricardo da Silva. **O Putsh na Feira**: sujeitos sociais, partidos políticos e política em Feira de Santana, 1959-1967. Monografia, Feira de Santana, UEFS.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2005.

COSTA, E. de J. Lucas, o salteador: ecos de uma memória única na Feira de Santana de 1920. **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 14–38, 2021. DOI: 10.21680/1984-817X.2021v17n2ID23636. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/23636>. Acesso em: 1 out. 2023.

CUNHA, Nayara Fernandes de Almeida. **Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)**. 152 f, 2013. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

FERREIRA FILHO A. H. F. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890- 1937. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 21-22, 1998. DOI: 10.9771/aa.voi21-22.20968. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20968>. Acesso em: 2 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1998.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO_TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. (org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 67 (Coleção Cultura Negra e Identidades).

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27640. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 20 set. 2023.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MONTIBELER, Débora Pinheiro da Silva; MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. "Pardismo, Colorismo e a 'Mulher Brasileira': produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 2, e83015, 2023.

LEONY, Yolanda Cruz Barreto. **CONFLITOS TRABALHISTAS: trabalhadores e patrões em ações judiciais em Feira de Santana (1941-1960)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2013.

LIMA, Zélia Jesus de. **Lucas Evangelista: O Lucas da Feira**. Estudo sobre a rebeldia escrava em Feira de Santana – 1807-1849. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1990.

LINS, Rafael Quintela Alves. **A CIDADE FERVE E O BICHO ESPREITA: OS DOMINANTES E A POLÍTICA EM FEIRA DE SANTANA (1945-1964)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2014.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa Portugal: Editora Antígona. 1ª Edição, 2014.

MONTEIRO, Jhonatas Lima. **Interesses Hegemônicos na Margem da Periferia: Ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana. (1963-1983)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2009.

NERY, Jorge. **Práticas e Representações Étnicas nas Narrativas Religiosas dos Batistas em Feira de Santana (1947-1988)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Feira de Santana em Tempos de Modernidade: olhares, imagens e práticas do cotidiano (1950-1960)**. Tese de Doutorado. Recife: UFP, 2008.

OLIVEIRA, Cláudia Ellen Guimarães de. **Movimento estudantil secundarista: educação, política e repressão em Feira de Santana (1962-1969)**. 2016. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2016.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana. **De Empório à Princesa do Sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2000.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960**. Salvador: EDUFBA, 2016.

OLIVEIRA, Italva Figueredo de. **LUCAS DA FEIRA: A Construção do Mito na História em Quadrinhos**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2018.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **"Adeptos da mandinga": Candomblés, curandeiros e repressão policial na Princesa do Sertão (Feira de Santana-BA, 1938-1970)**. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2010.

OLIVEIRA, Welber Santos de. **Chegou a Modernidade! Vamos “des-ruralizar” e desafricanizar a Feira**. Trabalho de Conclusão de Curso. Feira de Santana: UEFS, 2010.

RAMOS, Guerreiro Alberto. **Patologia Social do Branco brasileiro**. 1955.

REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana, 1856-1922**. Dissertação de Mestrado. UEFS, 2012.

RODRIGUES, Aline Laurindo. **Os Ilustres Réus da Cidade: A família Fróes da Motta em Feira de Santana (1906-1927)**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: UFS, 2016.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o Estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940- 2010)**. Salvador: UFBA, 2012.

SANTOS, Igor Gomes. **Na contramão do sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana (BA) – 1979-2000**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2007.

SILVA, Diego Lino. **As senzalas da cidade: relações raciais entre negros roceiros (Bahia, 1940-1960)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2021.

SILVA, Eunice Paranhos. **Cada macaco no seu galho: ampliação urbana da região sul/sudeste de Feira de Santana (1960-2000)**. Monografia de Especialização. Feira de Santana: UEFS, 2008.

SILVA, JAIRO PARANHOS DA. **Implantação do CIS e os discursos dos jornais sobre modernidade em Feira de Santana (1965-1975)**. Monografia. Feira de Santana: UEFS, 2013

SILVA, Mayara Pláscido. **“Revolução sem sangue” na “decantada pátria de Lucas” – Experiências de trabalhadores/as negros/as e migrantes no Pós-abolição. Feira de Santana (1890-1930)**. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2017.

SOUZA, Eronize Lima. **Prosas da Valentia: Violência e Modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008.

VALENTE, Andrei de Brito. **“O comércio é o sangue...”**: negociantes de gado, mercado de alimentos e Estado Ampliado, Feira de Santana-BA (1919-1942). Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2017.

Dados de autoria

Diego Carvalho Corrêa

Professor Mestre em história social pela UEFS, atualmente atua no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Barreiras. E-mail: diegocarvalho@ifba.edu.br

Valter Zaqueu Santos da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2012) e mestrado em História pela Universidade Federal de Alagoas (2015). Doutorando em História no Programa de Pós-graduação em História - UFBA. Membro pesquisador do NEABI-UEFS, onde desenvolve pesquisas sobre Colonialidade, Racismo, Cidades, urbanização, território e movimentos sociais. Membro do conselho editorial de A-pala Revista de história. E-mail: zqueu@hotmail.com